



# APRESENTAÇÃO DE COMUNICAÇÕES LIVRES

PROTECÇÃO E  
DESENVOLVIMENTO:  
QUESTÕES ÉTICAS

**16.09.2016**

**12.00H**



# APRESENTAÇÃO DE COMUNICAÇÕES

## IX ENCONTRO LUSO BRASILEIRO DE BIOÉTICA

DIA 16.09.2016 | 12.00H

### SALA 007

<b>TÍTULO</b>	<b>ESTUDO PRELIMINAR DA PERCEPÇÃO DE PESQUISADORES A CERCA DO SISTEMA DE REVISÃO ÉTICA EM PESQUISA</b>
<b>AUTOR</b>	Katia Torres Batista Eliane Maria Fleury Seidl
<b>INSTITUIÇÃO</b>	Rede Sarah de Hospitais Universidade de Brasília
<b>RESUMO</b>	Estudo preliminar com pesquisadores do DF com o objetivo de avaliar a percepção dos pesquisadores no Distrito Federal a cerca do Sistema de revisão de ética em pesquisa brasileiro por meio de pesquisa qualitativa com aplicação de questionários.

<b>TÍTULO</b>	<b>BIOÉTICA E SAÚDE DO TRABALHADOR: A (IN)ADMISSIBILIDADE DAS PROVAS GENÉTICAS PREDITIVAS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO</b>
<b>AUTOR</b>	Ana Paula Rodrigues Luz Faria Elda Coelho de Azevedo Bussinguer
<b>INSTITUIÇÃO</b>	Faculdade de Direito de Vitória – FDV - Brasil
<b>RESUMO</b>	No campo da saúde do trabalhador é crescente o interesse na adoção de testes genéticos preditivos. Concomitantemente, resultados de exames genéticos têm sido utilizados com finalidades discriminatórias, práticas que muitas vezes surgem encobertas e justificadas pelo discurso da prevenção de riscos e da segurança. Tendo como referencial teórico a Bioética da Libertação na perspectiva de Enrique Dussel, introduzimo-nos criticamente no cenário dos paradoxos produzidos pela Genética, do benefício/malefício de seus possíveis impactos nas relações de trabalho. A partir da Ética da Libertação dusseliana evidenciou-se como o meio ambiente do trabalho se vê imerso numa produção discursiva colonial que é constantemente mobilizada para produção de subjetividades com vistas a encobrir processos de exploração do corpo do trabalhador, voltados à obtenção da maior produtividade e do maior lucro. Esses interesses que sempre estiveram presentes no ambiente laboral e que vão se remodelando e adequando a cada contexto sócio-econômico surgem potencializados na era da Genética diante da possibilidade de instituição de uma nova categoria de indivíduos: a categoria dos “excluídos genéticos”, dos “incontratáveis”. No desenvolvimento do estudo, onde serão apresentados os principais marcos regulatórios bioéticos e jurídicos sobre a temática, a partir da análise crítica situada da potencialidade de utilização do mapeamento genético preditivo como instrumento de controle do trabalhador e de violação de seus direitos, partimos à proposição de limites à adoção desses testes.

<b>TÍTULO</b>	<b>QUESTÕES POLÊMICAS SOBRE O CONTROLE COMPORTAMENTAL DO TRABALHADOR À LUZ DA BIOÉTICA DA LIBERTAÇÃO</b>
<b>AUTOR</b>	Ana Paula Rodrigues Luz Faria Elda Coelho de Azevedo Bussinguer
<b>INSTITUIÇÃO</b>	Faculdade de Direito de Vitória – FDV - Brasil
<b>RESUMO</b>	Comumente nos deparamos com questões referentes ao controle comportamental do empregado, e que inclusive têm culminado com a opção de várias empresas por premiar os trabalhadores por não fumar, por não engordar. Em outras empresas, são distribuídos prêmios para quem pratica exercícios físicos e esportes, prêmio por quilômetro percorrido etc. Se de um lado surge o argumento de que esses prêmios poderiam incentivar adoção de hábitos mais saudáveis, beneficiando assim os empregados e também aos empregadores (eis que somariam menos faltas ao serviço), de outro lado despertam indagações sobre o real benefício que estas políticas vão revelar na prática. E não só o real benefício, mas o real beneficiário. Algumas consequências podem ser desencadeadas: a primeira delas é a “responsabilização da vítima”, sobre quem estará concentrada a



## APRESENTAÇÃO DE COMUNICAÇÕES

### IX ENCONTRO LUSO BRASILEIRO DE BIOÉTICA

**DIA 16.09.2016 | 12.00H**

atenção (e a possibilidade de “condenação”), ao invés de fazê-lo sobre o problema em si, as causas e as circunstâncias. Ou seja, a imposição ou o “incentivo” à adoção de algumas práticas podem vir a se constituir em uma alternativa menos custosa às empresas e na transferência de responsabilidade pelas enfermidades adquiridas em decorrência de uma atividade laboral. Neste contexto, o presente estudo se dispõe a desvelar a engrenagem que é capaz de falsear os critérios de julgamento dos valores e interesses em jogo, e que podem eventualmente ser coincidentes, embora constantemente “contrastantes”, no campo da saúde do trabalhador. Trata-se de pesquisa bibliográfica, exploratória e descritiva, privilegiando como metodologia de pesquisa, a dialética.

<b>TÍTULO</b>	<b>UMA ANÁLISE DA POLÍTICA DE DROGAS BRASILEIRA SOB A PERSPECTIVA BIOÉTICA E O TRATAMENTO DE SAÚDE DE USUÁRIOS DE DROGAS, EM ESPECIAL A INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA</b>
<b>AUTOR</b>	Carolina Nunes de Freitas Elda Coelho de Azevedo Bussinger
<b>INSTITUIÇÃO</b>	Faculdade de Direito de Vitória (FDV)/ES

O presente trabalho busca analisar as contradições da política de drogas brasileira, considerando o distanciamento entre o arcabouço normativo e sua execução. Essa distância entre o prescrito na política e aquilo que efetivamente vem sendo implementado agrava as condições de vulnerabilidade e vulneração dos usuários de drogas. Nesse contexto, a bioética de proteção, como um instrumento reflexivo e político é apontada como uma possível perspectiva no tratamento conferido aos usuários. Destacam-se os dois grandes padrões de uso das substâncias psicoativas, demonstrando a necessidade de cuidados diversificados direcionados a cada tipo de drogadito e coerentes com o arcabouço normativo da política de drogas brasileira. Ressalta-se ainda que a associação de usuários abusivos de substâncias psicoativas à doença mental, passível de tratamento, inclusive com previsão de internação compulsória, pode acarretar em mitigação do exercício da cidadania e da própria liberdade. Assim, a abordagem será feita à luz da bioética de proteção, salientando a vulnerabilidade e a busca pela autonomia dos usuários, garantindo o respeito à dignidade humana em toda sua essência, inclusive no que tange à autonomia do usuário, em especial aquele que se encontra em tratamento compulsório.

<b>TÍTULO</b>	<b>INDÚSTRIA FARMACÊUTICA ÉTICA E RESPONSABILIDADE</b>
<b>AUTOR</b>	Tânia Mara Borges da Costa
<b>INSTITUIÇÃO</b>	Faculdade de Direito de Vitória (FDV)/ES

Este artigo objetiva analisar se a cadeia de produção, pesquisa e desenvolvimento (P&D) farmacêutica refletem cidadania responsável. Utilizou-se estratégia metodológica dialética descritiva documental, abordagem qualitativa crítica, coleta de dados secundários para análise dos períodos entre 2006 a 2011 e 2014 a 2016. Constata-se novo paradigma estrutural-teórico-político-industrial na indústria farmacêutica, sob estratégia de Picking Winners, monopólio, oligopólio, joint venture, com domínio de mais de 10 mil empresas no mundo e oito possuem 40% do faturamento global. 30-55% do faturamento vem dos países pobres e emergentes. No Brasil, em 2014, faturou-se US\$ 29,4 bilhões, com previsão de US\$ 47,9 bilhões por ano, até 2020. Em razão do bônus demográfico previsto pelo IPEA, a Agência Nacional de Saúde Suplementar normatizou comercialização de planos de saúde contemplando cobertura de medicamentos. Em 2012 a criação do superlaboratório Bionovis S.A., Companhia Brasileira de Biotecnologia Farmacêutica, joint venture entre Hypermarcas, Aché Laboratórios Farmacêuticos, EMS Participações e União Química Farmacêutica Nacional, com produção biotecnológica a partir de células vivas, para entrega em três anos ao mercado, prevê faturar US\$ 160 bilhões no mundo e R\$ 10 bilhões no Brasil, sendo 60% do governo. Conclui-se que não há cidadania responsável. Impera a criação dos Picking Winners ou global players, empresas com receita superior a USD 3 bilhões e/ou gastos em P&D maiores que USD 500 milhões para exercerem com destaque a dominação econômica. Recomenda-se à Comunidade Internacional exigir o resguardo da humanidade. Há limitações no trabalho sugestivas de novas pesquisas.



# APRESENTAÇÃO DE COMUNICAÇÕES

## IX ENCONTRO LUSO BRASILEIRO DE BIOÉTICA

DIA 16.09.2016 | 12.00H

### SALA 008

<b>TÍTULO</b>	<b>DIREITO À IMAGEM DA CRIANÇA E SUA RELAÇÃO COM A BIOÉTICA</b>
<b>AUTOR</b>	Andrea Santana Leone Souza Ana Victoria Marback Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima
<b>INSTITUIÇÃO</b>	Centro Universitário Jorge Amado Universidade Católica do Salvador
<b>RESUMO</b> <p>A proteção à imagem da criança integra diversas dimensões jurídicas, a própria bioética e outras diferentes áreas, tais como a Comunicação, a Psicologia, a Antropologia, a História, a Filosofia, e a Saúde Coletiva. O estudo sobre o tema da relação entre direito à imagem e bioética se justifica diante da sua atualidade e da sua relevância, vez que este segmento populacional é legalmente protegido, conforme os princípios da Convenção de Direitos da Criança de 1989, assimilados na legislação Brasileira e Portuguesa, respectivamente. Ademais, convive-se, na atualidade, com a contínua exposição da imagem mediante recursos digitais que não conhecem fronteiras. Este trabalho visa discutir a relação entre o direito à imagem da criança com a Bioética na perspectiva da proteção de pessoas em peculiar condição de desenvolvimento. Adotou-se uma abordagem de natureza qualitativa com revisão de literatura e levantamento da produção acadêmica nacional strito sensu no século XXI sobre o direito à imagem. A partir de da construção do acervo de todos os trabalhos de mestrado e de doutorado sobre direito à imagem defendidos entre 2001-2015 e constantes nos bancos de teses disponíveis no Brasil, foram selecionadas as produções acadêmicas que se ocupavam de aspectos convergentes aspectos: direito da criança e bioética. Os resultados, por sua vez, estão a evidenciar a importância da discussão sobre o direito à imagem da criança vir a integrar os aspectos essenciais da saúde, da proteção social e do desenvolvimento humano, como uma responsabilidade comum na formação, no ensino e nos projetos científicos.</p>	

<b>TÍTULO</b>	<b>A TIPIFICAÇÃO DO STALKING EM PORTUGAL</b>
<b>AUTOR</b>	Sephora Luyza Marchesini Stival
<b>INSTITUIÇÃO</b>	Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
<b>RESUMO</b> <p>Nos últimos trinta anos o stalking vem chamando a atenção da comunidade científica que procura compreender o fenómeno de modo a apresentar a prevalência, os motivos de perpetração, os riscos, etc., tentando verificar padrões que levem a identificação de possíveis stalkers e vítimas. Inúmeras são as dificuldades encontradas no estudo desse fenómeno – diversas conceptualizações, diferentes metodologias de pesquisa empregadas nos estudos de prevalência, entre outras – que impedem a delimitação do fenómeno, e prejudicam a sua identificação e o consequente tratamento a ser aplicado às ocorrências. Por ser um fenómeno comum na população muitas vezes passa despercebido, mesmo quando há sérias consequências para a saúde física e psicológica das vítimas e de seus familiares, chegando a interferir diretamente em outros aspectos da vida da vítima, como nas questões laborais e financeiras. Em diversos países a criminalização do stalking ocorreu ainda nos anos noventa, em contrapartida, em Portugal a preocupação com essa conduta iniciou há menos de uma década, no campo da psicologia, com o desenvolvimento de pesquisas de prevalência e vitimologia. Culminando muito recentemente (agosto do ano passado) na inclusão do tipo penal de “perseguição” no ordenamento jurídico português. E, diante desse quadro, este breve estudo busca desocultar a percepção do fenómeno a partir dos Tribunais da Relação de Portugal em data anterior a sua tipificação, demonstrando que para além dos estudos desenvolvidos no campo da psicologia (vitimologia e percepção) o tema já vinha sendo reconhecido e tratado pelos Desembargadores portugueses, ainda que perfunctoriamente.</p>	



## APRESENTAÇÃO DE COMUNICAÇÕES

### IX ENCONTRO LUSO BRASILEIRO DE BIOÉTICA

DIA 16.09.2016 | 12.00H

<b>TÍTULO</b>	<b>JUSTIÇA RESTAURATIVA: ÉTICA E PROTEÇÃO SOCIAL AOS ADOLESCENTES PRIVADOS DE LIBERDADE</b>
<b>AUTOR</b>	Jéssica Silva da Paixão Laís de Almeida Veiga Andréa Santana Leone de Souza Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima
<b>INSTITUIÇÃO</b>	Universidade Católica do Salvador (UCSal)
<b>RESUMO</b>	<p>No esforço contínuo para superar o encarceramento e os seus efeitos, a Justiça Restaurativa (JR) constitui uma nova abordagem teórico e operacional com valores éticos diferenciados para o enfrentamento da violência. Dentre as diversas maneiras para construção da paz e para superar a perda da liberdade juvenil, interessa à comunidade internacional o conteúdo da Resolução 12 da ONU editada no início do século XXI. A atualidade e a relevância do tema se projetam na escala dos dados que revelam o impacto social do envolvimento do adolescente com a prática de atos infracionais. Este trabalho visa discutir a proteção social e o desenvolvimento do adolescente privado de liberdade na perspectiva da Justiça Restaurativa como compromisso ético da família, da sociedade e do Estado. Nesta direção, realizou-se revisão de literatura, levantamento legislativo e da produção das teses de doutorado no Brasil entre 2001 a 2015 sobre Justiça Restaurativa. Os resultados evidenciam que o tema da privação da liberdade de jovens tem natureza interdisciplinar. No entanto, embora haja atos normativos sobre Justiça Restaurativa e leis de proteção aos adolescentes, ainda é modesta a tendência da produção científica nos diferentes campos de saber e de prática que integrem o assunto da justiça juvenil a este paradigma da Justiça. Embora os elementos éticos constituam tema convergente para ambas as matérias, seja na linha da liberdade em si, quanto na do valor da corresponsabilidade na proteção transgeracional, a abordagem da ética ainda não é tendência dominante.</p>

<b>TÍTULO</b>	<b>O EMPODERAMENTO DO IDOSO E O ENVELHECIMENTO ATIVO.</b>
<b>AUTOR</b>	Lívia Abigail Callegari
<b>INSTITUIÇÃO</b>	na
<b>RESUMO</b>	<p>No contexto social atual, o envelhecimento da população tem ocasionado considerável mudança de valores. O fato de envelhecer não mais se vincula com a figura da decrepitude. Contrariamente à visão pretérita, o envelhecimento tem tomado um contorno de oportunidade. Novos campos do saber vinculam estudos concretos a esse fenômeno, crescente a cada dia. Nesse sentido, o ente público, guardião dos direitos fundamentais, é instado a fornecer meios de proteção ao idoso, seja através de legislação apropriada, ou programas sociais direcionados, para que haja uma adequada qualidade de vida. A informação e o empoderamento tornam-se ferramentas fundamentais para manter a autonomia individual, principalmente nos aspectos relacionados à tomada de decisão. A possibilidade de aplicação de atividades direcionadas e a constituição de redes sociais, também são elementos fundamentais para o ganho de bem-estar e autoestima. Logo, empoderar, além de ser uma forma de fortalecimento, também é uma forma de cuidado. Com esse diapasão, há o evidente despertar para a transformação da cultura da longevidade em um apelo positivo de dar poder, facilitar e capacitar o idoso, que deve e pode viver, construir relações e realizar desejos. Assim, conjugados os elementos do cuidado, da prevenção, da solidariedade e a da visão integral do indivíduo, o ganho com o envelhecimento será imanente e não mais terá uma conotação negativa, nem tão pouco de peso para a sociedade, além de estar atrelado uma real conjuntura de humanização, no mais amplo espectro.</p>

<b>TÍTULO</b>	<b>A VIVÊNCIA DO MORRER: UM ESTUDO FENOMENOLÓGICO COM DOENTES ONCOLÓGICOS EM FIM DE VIDA. A IMPORTÂNCIA DAS DIRECTIVAS ANTECIPADAS DE VONTADE</b>
<b>AUTOR</b>	Eduardo Carqueja
<b>INSTITUIÇÃO</b>	Instituto de Bioética da Universidade Católica Portuguesa
<b>RESUMO</b>	<p>Este estudo tem como objectivo geral compreender o processo de adaptação ao processo de morrer em doentes de cuidados paliativos, explorando quais as potencialidades e as vulnerabilidades que a pessoa doente em fim de vida apresenta no processo de morrer, qual a percepção de autonomia e dependência da pessoa doente em cuidados paliativos, como é valorizado o suporte</p>



## APRESENTAÇÃO DE COMUNICAÇÕES

### IX ENCONTRO LUSO BRASILEIRO DE BIOÉTICA

DIA 16.09.2016 | 12.00H

social no processo de morrer, quais as estratégias de coping a que a pessoa recorre no processo de morrer, numa perspectiva bioética, quais as implicações da perda de autonomia e do aumento da dependência e, finalmente, também numa perspectiva bioética, quais as narrativas da pessoa e as suas implicações perante o regime jurídico actual das directivas antecipadas de vontade (DAV).

### SALA AUDITÓRIO CARVALHO GUERRA

<b>TÍTULO</b>	<b>DIGNIDADE APRISIONADA</b>
<b>AUTOR</b>	Cândida Carvalho Patrícia Dias
<b>INSTITUIÇÃO</b>	Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa Universidade Autónoma de Lisboa Universidad del Mudeo Social Argentino - UMSA
<b>RESUMO</b> <p>Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Não se admite que existam cidadãos de primeira e cidadãos de segunda, independentemente das suas ações. Porém, quando falamos em presidiários parece-nos que esta não é uma realidade tão longínqua. A dignidade da pessoa permanece, independentemente dos seus comportamentos, mesmo quando ilícitos e sancionados pela ordem jurídica. Por isso, nenhuma pena envolve como efeito necessário a perda de quaisquer direitos civis, profissionais ou políticos. Os condenados a quem sejam aplicadas penas ou medidas de segurança privativas da liberdade mantêm a titularidade dos direitos fundamentais, salvas as limitações inerentes ao sentido da condenação e às exigências próprias da respetiva execução. Pretendemos com este trabalho analisar a qualidade de vida nas prisões, através da nossa investigação em campo, apontar soluções e observar toda esta problemática segundo a bioética principialista.</p>	

<b>TÍTULO</b>	<b>A CASA “IN” COMUM DOS REFUGIADOS AMBIENTAIS À LUZ DA LAUDATO SI</b>
<b>AUTOR</b>	António Jácomo Carlos Costa Gomes Joana Araújo
<b>INSTITUIÇÃO</b>	Instituto de Bioética da Universidade Católica Portuguesa
<b>RESUMO</b> <p>A relação do homem com a natureza tem vindo a alterar-se. Segundo a narrativa do começo, o homem deve cuidar e não dominar a natureza. O domínio despótico do homem sobre o universo alterou a estrutura profunda do planeta, a deterioração do ambiente está a avançar a um ritmo avassalador colocando as gerações atuais e, principalmente, as gerações futuras, em risco. Este artigo explora a questão dos refugiados ambientais para quem a “casa comum” é mais (in)comum. A nossa análise parte da narrativa do começo do livro do Génesis e da Encíclica Laudato Si (e outros documentos da Igreja Católica) e compara o modo de agir do homem sobre a natureza, propondo o sentido humano da ecologia.</p>	

<b>TÍTULO</b>	<b>A MEDICALIZAÇÃO DA MULHER PRESA E O BIOPODER DE MICHEL FOUCAULT: A PERCEÇÃO DOS MÉDICOS E ENFERMEIROS</b>
<b>AUTOR</b>	Tamires Fonsêca Zanotti
<b>INSTITUIÇÃO</b>	Faculdade de Direito de Vitória





## APRESENTAÇÃO DE COMUNICAÇÕES

### IX ENCONTRO LUSO BRASILEIRO DE BIOÉTICA

DIA 16.09.2016 | 12.00H

#### RESUMO

O sistema prisional brasileiro não é concebido para a mulher, pois neste ela frequentemente é vista como um homem, o que provoca a violação de seus direitos em aspectos variados. Nossa cultura prisional tem evidenciado sinais de uma prática de alto consumo de medicamento por parte das mulheres, em especial os psicotrópicos, considerados drogas lícitas. O trabalho se propõe, assim, a investigar se o processo de prescrição desses medicamentos por parte dos profissionais de saúde carcerários guarda relação com a perspectiva foucaultiana de docilização dos corpos, baseada na ideia de Biopoder como justificativa para o uso terapêutico de psicotrópicos. Trata-se de pesquisa qualitativa, feita a partir de entrevistas a médicos e enfermeiros que atuam no sistema prisional feminino do Espírito Santo, tendo como fundamento os seguintes objetivos: a) Apresentar o cenário penitenciário feminino do Espírito Santo considerando locais de internação, quantitativo de mulheres e atendimento à saúde; b) Analisar como os profissionais de saúde percebem o processo de medicalização de presidiárias em relação ao uso de psicotrópicos/ antidepressivos; c) Analisar a relação da medicalização das mulheres presas com a ideia de constituição de corpos dóceis e administráveis. Conclui-se que a privação ao direito à saúde efetiva por meio do acesso inadequado de psicotrópicos às detentas faz com que elas sofram além do que é exigido de suas penas. Nesta perspectiva, justifica-se a medicalização como sendo de interesse social o controle dos indivíduos, no caso mulheres, que sofrem com algum tipo de compulsão, depressão ou desequilíbrio mental.

<b>TÍTULO</b>	<b>A GLOBALIZAÇÃO DA POBREZA OU A ROBOTIZAÇÃO DA VIDA. QUESTÕES DE ÉTICA PRÁTICA</b>
<b>AUTOR</b>	Paulo Alexandre e Castro
<b>INSTITUIÇÃO</b>	CEHUM – Universidade do Minho
<p>A relação entre períodos de crise e o aumento de pobreza não é nova e sabemos que ciclicamente se verifica. No entanto, o paradigma da globalização, com as suas estratégias de exploração do mercado, criou novas realidades, a nível familiar, social e profissional e por consequência, a nível humanitário. Aas taxas de suicídio são provavelmente o mais forte indicador. O incremento da robotização na vida empresarial e industrial gerou a facilidade de acesso a milhares de produtos, contudo, o seu reverso colocou e coloca no desemprego milhares de trabalhadores. A globalização da pobreza surgiu como nova faceta desse movimento económico e fez surgir novas questões que pareciam improváveis como a sustentabilidade dos empregos, a desvalorização do valor do trabalho, a recessão e volatilidade dos mercados financeiros, as migrações, entre outras, mas também das campanhas e movimentos solidários. Perante um tal cenário e de acordo com alguns estudos recentes, o valor do trabalho irá cair ainda mais e poderá acontecer uma rutura humanitária de dimensões imprevistas. Por outro lado, nos cenários mais otimistas, a humanidade caminharia para a sua libertação e poderia graças ao desenvolvimento da inteligência artificial, viver de forma mais adequada. No entanto, uma tal libertação implica um preço a pagar e não se sabe se não poderão advir novas formas de trabalho escravo desse desenvolvimento. É sobre estas questões que se procurará refletir.</p>	

<b>TÍTULO</b>	<b>METASSUMARIZAÇÃO SOBRE A INTERFACE BIOÉTICA E TRABALHO: PLURALIDADES NO OLHAR E DIFICULDADES NO FOCAR</b>
<b>AUTOR</b>	Leonardo Carnut Cândida Carvalho Adolfo Alberto Saglio Zamudio
<b>INSTITUIÇÃO</b>	Universidad del Mudeo Social Argentino - UMSA
<p><b>RESUMO</b></p> <p>A relação trabalho-saúde é um tema que gera muitos problemas. Cientificamente, trata-se da relação entre os interesses da economia de mercado e seu impacto nos corpos dos indivíduos gerando assim uma pergunta bioética de base: em que medida a ordem econômica imposta é tolerável para o corpo humano? Assim, tornou-se objetivo desse estudo identificar a relação bioética-trabalho registrada na literatura científica mundial indexada nas bases de dados relativas ao tema. Para isso, usou-se a revisão sistemática da literatura sobre o tema 'bioética e trabalho' compatibilizando-a como uma metassíntese qualitativa do tipo metassumariação no portal Bireme. Os descritores utilizados foram ética, bioética, trabalho, saúde do trabalhador, força de trabalho, ambiente de trabalho, condições de trabalho, carga de trabalho, eficiência organizacional e mercado de trabalho.</p>	

Do total de 121 estudos identificados na busca inicial, 12 estudos eram repetidos, 37 não apresentavam resumo e 17 não eram artigos originais (teses, monografias e relatórios técnicos). 4 artigos não passaram pelo filtro de idioma. Apenas 51 estudos se configuraram como Artigos Originais, nos idiomas inglês, português ou espanhol e apresentavam resumo em suas publicações. Dentre os principais temas encontrados foi possível perceber uma variedade de temas que, mesmo demonstrando a pluralidade desta interface, demonstra também a necessidade de uma orientação de investigação. Os resultados sugerem que os estudos da interface bioética e trabalho ainda é um tema incipiente e que requer uma agenda de pesquisa definida para orientar os estudos na área.

## SALA 112

<b>TÍTULO</b>	<b>MEDICAMENTOS E PROTEÇÃO AMBIENTAL: SAÚDE X QUALIDADE X ÁGUA PARA CONSUMO NAS CIDADES</b>
<b>AUTOR</b>	Nilceu José Oliveira
<b>INSTITUIÇÃO</b>	Programa de Pós Graduação em Bioética – Universidade de Brasília
<b>RESUMO</b>	<p>Introdução. Verifica-se um aumento na produção e no consumo de medicamentos em todo o mundo. A água é o principal destino dos medicamentos e resíduos ativos, tanto da indústria quanto do consumo humano e de outros animais. A água para o consumo nas cidades provém de estações de tratamento de água (ETA) ou de reutilização de estações de tratamento de esgotos (ETE) (1,2). Este trabalho retoma a importância de uma maior consciência no consumo de medicamento e da necessidade de maiores estudos relativos a eliminação de medicamentos. Metodologia: abordagem do tema apresentado em fontes de consulta referenciadas. Contexto de interesse. Em diversos países, como a Alemanha, Bélgica, Brasil, China, Espanha, EUA, Índia, Itália, Suíça, dentre outros, numerosos fármacos foram encontrados em ETA, em ETE e em águas de superfície. Foram encontrados antibióticos, anti-inflamatórios, analgésicos, hormônios e substâncias psicoativas (2,3). Considerações finais. Além da utilização da água “contaminada” com medicamentos, verifica-se uma disseminação para o Meio Ambiente. Devem ser consideradas as indústrias farmacêuticas e a dificuldade de se encontrar uma legislação supranacional. Na busca desse instrumento orientador supranacional, para a necessária responsabilidade e compromisso com a saúde e o meio ambiente, encontramos a Declaração de Bioética e Direitos Humanos da UNESCO (2005). Assim trazemos como orientadores a Solidariedade e Cooperação, a Responsabilidade Social e Saúde, a Proteção das Gerações Futuras e a Proteção do Meio Ambiente, da Biosfera e da Biodiversidade (4).</p>

<b>TÍTULO</b>	<b>DIREITO HUMANO À ÁGUA POTÁVEL: QUESTÕES (BIO)ÉTICAS E POSSÍVEIS SOLUÇÕES</b>
<b>AUTOR</b>	Cândida Carvalho Leonardo Carnut
<b>INSTITUIÇÃO</b>	Universidad del Mudeo Social Argentino - UMSA
<b>RESUMO</b>	<p>Estudos apontam que cerca de 1.200 milhões de pessoas não têm acesso à água potável; 2.400 milhões carecem de serviços de saneamento básico, consequentemente 6.000 crianças morrem diariamente. Desde 1950, o uso da água triplicou, e segundo a ONU, a água contaminada causa 80% das doenças do planeta; no mundo 1 em cada 5 pessoas não tem acesso à água e de 5 pessoas apenas 2 têm água de boa qualidade. Prevê-se que em 2025 cerca de 3 bilhões de pessoas viverão em países com conflitos por falta de água, sendo que apenas 1% da água da Terra pode ser utilizada para o consumo humano. A água é um bem comum e deve ser fornecida de forma justa e igual para todos. Trata-se de um direito humano reconhecido pela ONU e um símbolo de saúde e qualidade de vida. Todavia, a escassez desse bem tornou-se um problema global, o que implica uma união entre governos, instituições, coletividade e ambiente. Este trabalho tem por objetivo abordar os aspectos (bio)éticos quanto ao acesso à água potável utilizando as ferramentas do modelo principialista da bioética (justiça, autonomia, beneficência e não-</p>





## APRESENTAÇÃO DE COMUNICAÇÕES

### IX ENCONTRO LUSO BRASILEIRO DE BIOÉTICA

DIA 16.09.2016 | 12.00H

maleficência), a ética da responsabilidade e da proteção, o princípio da solidariedade e os princípios éticos universais constantes da DUDH. Cabe-nos ainda analisar as causas que estão na origem da aceleração do consumo de água; as medidas de consciencialização; as políticas públicas e as soluções que as tecnologias emergentes apresentam (a título de exemplo: dessalinização da água do mar e “purificação” de águas).

<b>TÍTULO</b>	<b>VOZES DE CHERNOBYL: O DESAFIO BIOÉTICO DA PRESERVAÇÃO DO HUMANO NUMA ERA DE RISCO GLOBAL</b>
<b>AUTOR</b>	Mónica Carvalho Susana Magalhães Joana Araújo
<b>INSTITUIÇÃO</b>	Universidade do Minho Universidade Católica Portuguesa   Universidade Fernando Pessoa Universidade Católica Portuguesa

#### RESUMO

Chernobyl é considerado um marco na tomada de consciência em relação ao risco global que, com o desastre em 1986, ganha forma e materialidade. Tal consciência parece inscrever-se num processo que Ulrich Beck descreve como cosmopolitização, vivido como uma experiência de partilha e interdependência global, na medida em que os riscos globais alteram política e socialmente as sociedades dentro dos estados-nação. De fato, Chernobyl tornou inadiável a desconstrução de um projeto nacional soviético, levando ao aparecimento do “indivíduo chernobiliano”. O rosto do indivíduo que nos interpela e pelo qual somos nomeados parece diluir-se numa era na qual somos todos Chernobilianos face à ameaça que a central nuclear representa ainda hoje e representará pelos próximos 25 a 30 mil anos no planeta. O romance polifónico “Vozes de Chernobyl” propõe a narrativa como meio de preservação da identidade que também se constrói no discurso, destacando o papel da Literatura, nomeadamente do romance, na consciencialização da construção social, linguística e política do Ambiente. Partindo de uma leitura bioética do romance de Svetlana Alexievich ancorada na bioética global de Potter e nos conceitos de cosmopolitização e de risco global, pretendemos explorar o papel do romance polifónico de inspiração bakhtiniana na reivindicação do valor da autonomia e do respeito pela pessoa. Numa era aparentemente dividida entre o sacrifício da privacidade face às necessidades de segurança, o romance poderá ser um instrumento a considerar na deliberação ética sobre questões ambientais que serão sempre, em última instância, questões antropológicas.

<b>TÍTULO</b>	<b>ÁGUA OCULTA – ASPETOS ÉTICOS DO CONSUMO DE ÁGUA NAS SOCIEDADES INDUSTRIALIZADAS</b>
<b>AUTOR</b>	Cíntia Águas Joana Araújo
<b>INSTITUIÇÃO</b>	Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida Instituto de Bioética da Universidade Católica Portuguesa

#### RESUMO

O que têm em comum os nossos automóveis, roupas, smartphones, livros, edifícios, brinquedos, jantar fora e uma ida ao cinema? Todos contêm água, ou dependem da água nas suas cadeias de produção e distribuição. As sociedades mais sofisticadas “bebem” cada vez mais água, a maior parte da qual de forma dissimulada ou indireta. A água é, claramente, um recurso de valor económico e um elemento essencial na produção dos bens e serviços que consumimos. Fonte de vida, agente geomórfico, suporte de ecossistemas e habitats, no devir dos tempos a água tornou-se também um fator de equidade social. Paradoxalmente, apenas 3% da massa líquida terrestre é água potável, e desta ainda menos está imediatamente acessível para consumo. A sua disponibilidade e segurança são determinantes para a qualidade de vida e estabilidade das sociedades contemporâneas. Os conceitos de “água virtual” e de “pegada hídrica” mostram-nos que o consumo de água no mundo não deve focar apenas a tradicional contabilização do seu consumo direto, mas principalmente os seus usos agrícolas, industriais e energéticos. De acordo com dados da World Wide Fund For Nature, Portugal ocupava em 2011 o sexto lugar em 151 países no ranking mundial da “Pegada da Água”. Cada português consome em média 2.260 m<sup>3</sup> por ano, o equivalente a uma piscina



## APRESENTAÇÃO DE COMUNICAÇÕES

### IX ENCONTRO LUSO BRASILEIRO DE BIOÉTICA

**DIA 16.09.2016 | 12.00H**

olímpica por pessoa. Num contexto de exploração e consumo onde imperam considerações políticas, económicas e de organização social, qual o espaço para o debate, cada vez mais urgente, sobre o consumo “oculto” da água?

<b>TÍTULO</b>	<b>USO DE MOSQUITOS MODIFICADOS NA PREVENÇÃO E DOENÇAS - SIM OU NÃO?</b>
<b>AUTOR</b>	Tereza Nazareth Isabel Craveiro Luzia Gonçalves Rosa Teodósio Carla Sousa
<b>INSTITUIÇÃO</b>	Instituto de Higiene e Medicina Tropical – Universidade Nova de Lisboa
<p>Dengue, Zika e Febre amarela são doenças transmitidas por mosquitos que se têm espalhado globalmente nos últimos anos, e cujos principais vetores estão presentes em zonas como a ilha da Madeira, Espanha e França. A prevenção destas infeções é muito limitada, uma vez que não existem tratamentos nem vacinas específicas para todas as infeções, e que os vetores apresentam elevada resistência aos inseticidas. A libertação de mosquitos geneticamente modificados (GMM), surge, assim, como uma abordagem potencialmente promissora. As técnicas genéticas são capazes de modificar os mosquitos a fim de bloquear a transmissão do vírus a humanos ou de introduzir um gene letal que leva à redução e possível eliminação da espécie de mosquito. A adoção/rejeição deste tipo de estratégias está nas agendas políticas nacionais e internacionais. No entanto, esta abordagem apresenta complexidades ambientais e questões éticas, pelo que requer uma reflexão prévia e a avaliação da opinião do público, de forma a fundamentar a aprovação/desaprovação governamental. Este tópico envolve noções complexas e vocabulário técnico, dificilmente compreensíveis para a maioria dos indivíduos. Além disso, há uma enorme falta de conhecimento objetivo sobre esta questão e as informações disponíveis provêm de fontes potencialmente tendenciosas (como ativistas ou cientistas que produzem GMM). O presente trabalho irá recolher, sintetizar e gerar informação crítica, objetiva e imparcial sobre esta abordagem, e ainda descrever os níveis de literacia e as opiniões da população e dos decisores em Lisboa e Funchal. Desta forma pretende-se avaliar o uso desta abordagem na prevenção de doenças, e assim suportar decisões.</p>	

<b>TÍTULO</b>	<b>BIOTECNOLOGIA: ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS, TECIDOS E O REAL VALOR DA VIDA</b>
<b>AUTOR</b>	Vitor Silveira António Cardoso
<b>INSTITUIÇÃO</b>	Escola Superior Agrária de Ponte de Lima
<b>RESUMO</b>	<p>A utilização de material vivo manipulado, com fins económicos e/ou científicos, tem levantado questões éticas, que para se atingir um determinado sucesso depende amplamente dessa mesma aprovação ética. O aparecimento de novas áreas dentro das biotecnociências, como o desenvolvimento progressivo da Bioarte, aparentam conseguir instrumentalizar a Bioética, conferindo a um público generalizado a possibilidade de compreender métodos e processos laboratoriais, permitindo a entrada destes numa discussão que previamente se limitava a profissionais destas ciências. A utilização de organismos geneticamente modificados, bem como a utilização de tecidos, colocam novos entraves ao valor universal de vida, assim como aos limites da sua manipulação, pelo que uma avaliação bioética destes torna-se pertinente nas sociedades contemporâneas. Coloca-se a questão até que ponto devem as biotecnociências ter liberdade sobre o domínio da vida, seja este de criação, transformação ou destruição. Por outro lado, os conceitos como “semi-vida” (semi-living) e transformação de tecidos biológicos (com diversos fins), têm atualmente grande destaque nas discussões bioéticas, que suscitam relevância científica e social. Diferentes pontos de vista, assim como a contextualização do problema em causa, serão alvo de revisão e discussão, dando alguns exemplos de experiências laboratoriais, com o objetivo de demonstrar a pertinência do debate sobre estas questões, quase ignoradas pela população geral e que, para o Homem moderno, são talvez as mais complexas de responder.</p>